



ARTIGO DE REVISÃO

A QUESTÃO DA “VERDADE” E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Carlos Pereira Martins

Graduado em História com Especialização (Latu Sensu) em Teoria e Método em História Moderna e do Brasil (UNIBH); Mestre em História Ibero-Americana (PUCRS); Doutorando em História das Sociedades Ibéricas e Americanas (PUCRS). Bolsista CAPES.

RESUMO

Neste artigo procura-se, sem pretensão de esgotar o assunto, apontar para a importância da reflexão acerca de como se tem construído a História em função das tendências. Sobre as metodologias, o que tem motivado a trabalhar este ou aquele tema, a revisão dos pensares e fazeres históricos, a definição da postura teórica, a produção e o que se faz com a produção e principalmente o que não se faz. Houve mudança no interesse da produção histórica, houve uma transformação no interesse histórico de cada geração, e muitas posições mudaram quanto à produção da ‘verdade’, sendo mais seguro, para não incorrer em auto-engano, acompanhar as discussões tendo claro que as maneiras hoje de fazer história, certamente diferem em relação às maneiras do passado se atento para os pressupostos implícitos na produção do conhecimento histórico: os indícios, os riscos, a “verdade”, a história.

Palavras-chave: história; pesquisa; conceito; conhecimento.

ABSTRACT

In this article it is sought, without pretension of draining the subject, to appear for the importance of the reflection concerning as it have been building the History in function of the tendencies. On the methodologies, what has been motivating to work this or that theme, the revision of the you think and you do historical, the definition of the theoretical posture, the production and what is done with the production and mainly what is not done. There was change in the interest of the historical production, there was a transformation in the historical interest of each generation, and a lot of positions changed with relationship to the production of the “truth”, being safer, for not incurring in solemnity-mistake, to accompany the discussions tends clear that the ways today of doing history, certainly they differ in relation to the ways of the past if I look at the implicit presuppositions in the production of the historical knowledge: the indications, the risks, the “truth”, the history.

Keywords: history; research; concept; knowledge.

1. INTRODUÇÃO

A história do desenvolvimento da sociedade tem mostrado que aquele que de uma maneira ou de outra, detém o conhecimento, inevitavelmente detém o poder.

Ao que tudo indica, este poder emerge das relações estabelecidas entre pessoas, grupos ou classes sociais e se solidifica na produção de discursos utilizados na tentativa de solução dos seus problemas ou mesmo na defesa de seus interesses. Solução e defesa



estas essencialmente conflituosas, na medida em que ciente da impossibilidade de romper sozinho com os limites impostos pelo estado natural das coisas, o ser humano se vê forçado a estabelecer relações com o outro em seu meio físico e social.

Não obstante as vantagens advindas do viver em grupo, o conhecimento produzido em meio ao universo das relações estabelecidas no contato, acaba por ser utilizado com ou contra outros grupos e pessoas, diversamente organizados. Este conhecimento produzido ou bem é usado de acordo com o caráter e a posição de quem os detém, em transformar o mundo da natureza e da sociedade a sua volta, ou, então, tenta-se através dele, manter uma determinada situação.

A direção dessa vontade, de transformar ou manter, é que produz o fio orientador para a construção de formas específicas de discurso no meio social.

Pensar historicamente a produção do conhecimento acerca dos fenômenos ocorridos na sociedade exige pensar a questão do poder e dominação que permeia todo o ambiente social dentro e fora dos limites da região onde ocorreram os fenômenos, da organização de seu controle, da ordenação da sociedade e a correlação de forças presentes naquilo que é o objeto de conhecimento. Ciente de que não se visa eliminar com sua pesquisa, a dúvida ou dissabores a ela inerentes, quem pesquisa dilata os limites cognitivos cerceantes onde a dúvida emerge, transplantando-a para o solo mais fértil. Fértil por quê? Porque há liberdade. Sem liberdade não há sentido na pesquisa. Não há aventura, não há rigor, não há regra, verdade a ser superada. É através da pesquisa que o jogo, dinâmico, entre a fonte e o pesquisador mostra os seus limites.

2. HISTÓRIA. ROTEIRO DE UM DESVIO

A origem do conhecimento está na relação: homem - natureza – trabalho. Na relação sujeito – objeto. No limiar do senso comum – ciência. Na epistemologia.

Da relação: homem, interferindo na natureza através do trabalho, produz-se um saber que responde à sua necessidade em um dado momento.

Nesse contexto, a história do conhecimento sobre as coisas e sobre a humanidade é uma história de relação de poder.

O conhecimento é produzido a partir da necessidade. Das perguntas que o sujeito tem que precisam de respostas ao real vivido. Tais respostas constituem o patrimônio



histórico-cultural de uma sociedade, resultante de um processo cumulativo, decorrente de toda a história da vida dessa sociedade.

O homem é diferente do animal, posto que trabalha. O que faz o homem conhecer, pensar é o trabalho. Entretanto, as condições brutais de vida em algumas partes do planeta e em determinadas épocas, na exploração colonial do século XVIII, por exemplo, nos países que compõem o terceiro mundo, atualmente, por exemplo, colocaram e colocam o homem em igualdade com os animais, no sentido puramente animalesco de ser, devido à brutalidade da forma imposta para o trabalho.

Podemos ver a técnica, a racionalidade usada ao longo do desenvolvimento da sociedade, para diminuir o homem. O animal executa uma ação determinada pelo homem. A necessidade epistêmica o animal não tem, e sim instinto. Da caverna aos grandes edifícios de hoje, podemos perceber o quanto o homem desenvolveu, houve uma grande modificação. O João-de-barro, entretanto, continua com a mesma construção.

A capacidade do homem, através do trabalho, interferir na natureza se transformou em mercadoria, e o pior, não é aquele que o executa quem define o preço. Quando um sujeito histórico vende sua força de trabalho de uma forma brutal em detrimento a cultura, ao lazer, fatalmente se encaminhará para as condições animalescas de ser, ou seja, rouba, mata, violenta para sobreviver.

Uma questão importante para se entender esta desumanização do indivíduo, será a percepção de que o homem aprendeu a incorporar o saber nos instrumentos utilizados, aprimorando-os, de sorte que o instrumento acaba ficando maior que a potencialidade inicial. À medida que isto ocorre o homem se apropria do instrumento. Mesmo um trabalhador alienado, num ritmo de produção, lidando com uma máquina que trabalha muito rápido, acaba por descobrir uma maneira para que ela trabalhe mais lentamente, até o dia em que o trabalhador, alienado, resolve parar a máquina, fazer reivindicações dentro da fábrica, e isto já implica relações pessoa/pessoa/discurso que se desenvolvem no uso da ferramenta e no desenvolvimento da tecnologia. Segundo Foucault (2008, p.8) “O próprio sujeito de conhecimento tem uma história, a relação do sujeito com o objeto, ou, mais claramente, a própria verdade tem uma história”. Cada um dos elementos carrega um caldeamento de lutas, histórias, memórias, corpo de mitos, enfim, que se mostram muito mais interessantes, problemáticos e ricos para análise do que um



primeiro diagnóstico de marginalidade, violência e deseducação de uma porção pobre do meio social.

Inúmeras foram as formas de trabalho e relações descobertas pelo próprio trabalhador, que ao serem expropriadas deste, acabaram por voltar como instrumento de dominação. Toda esta situação está presente nos discursos que chegaram até nós através de documentos que registraram a experiência vivida pelos atores da história e nos discursos historiográficos recentes.

Pensar o ser humano e nas suas ações baseadas em opções que se fizeram ao longo do tempo, ao contrário das máquinas que foram programadas ou dos animais que agiram por instinto de sobrevivência requer trabalhar em meio ao conjunto de conceitos, paradigmas acerca da produção histórica, e fazer, como diz Ginzburg (2007, p.11), emergir, mesmo contra as intenções de quem produziu os discursos, as vozes incontroladas presentes em seus meandros, o que implica considerar determinada noção de totalidade que em grande medida é objeto da história.

O domínio do conhecimento possibilita ao homem não só conhecer o mundo, mas também compreender e transformar sua própria realidade.

A grande questão que se coloca no desenvolvimento de uma forma de fazer história, é como encontrar um modelo para explicar a totalidade das coisas que envolvem o sujeito. Entendendo epistemologia dentro da relação sujeito – objeto.

Sujeito (cognoscente) → objeto (cognoscível) → produção do conhecimento.

Do conhecimento da relação entre o sujeito e o objeto é que surgirão os paradigmas, se darão as relações históricas.

3. O USO DOS CONCEITOS

Quanto à questão dos conceitos propriamente ditos, algumas considerações acerca dos perigos que envolvem o seu uso se fazem necessárias.

Uma história é, via de regra, aquilo que produzimos em termos de escrita, que de certa forma torna-se documento. Houve uma expansão da produção historiográfica, a partir de meados do século XX devido à multiplicação das temáticas, apesar disto muita coisa se perdeu. Um dos fatores que possibilitou tal perda foi a presença constante da guerra nesse século com característica de destruição ‘total’ de determinadas culturas e tudo que as lembrasse.



Entretanto, a mudança na utilização dos recursos pelos pesquisadores, por exemplo a utilização do banco de dados, estatísticas e conservação das fontes possibilitou a reconstituição de certos aspectos da história, que sem aqueles, estes nunca viriam à tona.

A múltipla forma que a pesquisa assumiu em decorrência desses fatos, fez com que os pesquisadores percebessem que corriam o risco de não ver com clareza os fenômenos. Acrescente-se a isto o surgimento de certa desconfiança quanto à ideologia presente nos escritos e/ou documentos. Como consequência surgem especializações no campo da escrita como a História das Mulheres, História da Leitura, História das Imagens e outras (Cfe. BURKE, 1992). Numa clara tentativa de permitir a reunião dos iguais.

Numa metáfora, o que se pretendeu foi dar as cartas de novo e, a partir das experiências adquiridas com as novas abordagens e os novos objetos que foram incorporados à pesquisa, traçar um fio condutor, um ponto de partida para a interpretação e escrita do processo histórico. Os novos métodos, os novos elementos, não só em relação às possibilidades de análise, acabam por influenciar a produção (BOUTIER; JULIA, 1998, p. 21-61).

A realidade tende a fugir à sistematização. Decorre que a pesquisa, como diálogo com as fontes, desenvolve-se como uma grande e nem sempre amistosa, convivência com a dúvida. Por mais que se aprofunde nas questões, independente do tempo gasto para as conclusões, não se consegue, de fato, ir mais além do que ter certa familiaridade com o tema. Daí, dizer-se que o diálogo só pode se dar em liberdade. Uma vez que o diálogo não aceita gabarito. O que equivale dizer: o tom da conversa condicionará o tom das respostas. O pesquisador deve saber e lembrar que não se tem a última palavra. Nem a única palavra. E a pesquisa só tem sentido na democracia. O pesquisador autêntico sabe que está submetido a pressupostos filosóficos implícitos e quanto mais tem consciência(Cfe. MORIN, 1990, p. 91-120) destes, menor é a possibilidade de incorrer-se em auto-engano. O pesquisador, antes de tudo, quer saber se o objeto de pesquisa, de fato, é capaz de definir os verdadeiros limites (CERTEAU, 2007, p.87) cognitivos da sociedade da qual ele faz parte e que, com estes limites, construiu sua própria subjetividade, ou seja, ele quer saber que recursos - contos, mitos,



palavras, cantos, festas, anedotas (HUNT, 2001, p. 211-38) - esta sociedade conta ou usa a ponto de valer-se do próprio pesquisador para reconstruir ou enganar a si mesma.

Igualmente, a pesquisa tem sentido a partir dos problemas. Ela se mostra como conhecimento a partir da necessidade, das perguntas que o sujeito tem e que precisam de respostas ao real vivido. Tais respostas constituem o cerne do patrimônio histórico-cultural da humanidade, resultante de um processo cumulativo decorrente de toda a história da vida humana. Na pesquisa, estes problemas, conforme podemos apreender de Clifford Geertz em paisagem e acidentes: uma vida de aprendizagem (2001, p. 15-20), assumem dois níveis: um acadêmico, no qual se enfrenta questões relativas à teoria, conceito e metodologia; e pessoais: onde se arca com os dilemas de trajetória de vida, experiências vividas e condições materiais.

4. CONCLUSÃO

Estas reflexões, mesmo que ligeiras, leva-nos a concluir que pesquisar é, antes de tudo, enfrentar as próprias ilusões e fantasmas. Mesmo porque, negligenciá-los não eliminaria sua existência. Ao eleger o objeto que dará atenção, é posto em prática uma escolha feita de acordo com o valor atribuído a esse ou aquele aspecto dos acontecimentos; o que denota, a bem da verdade, certo caráter de preconceito na medida em que a atribuição de valor poderá desconsiderar como importantes determinados eventos envolvendo sociedades distintas que viveram em outros espaços fenômenos da mesma categoria. Isto induz à construção de uma história na fronteira do que é significativo para um outro pesquisador.

Essas questões demandam acuidade, na medida em que permitem cogitar sobre a situação em que foi produzido um determinado documento e às vezes somos atraídos pelas superproduções - Toynbee, Spengler, Marx - Logo, somos carreados para as grandes categorias como cultura, nação, Estado dentre outras, que em determinada época podia explicar certas questões, entretanto, como vão ou não continuar explicando, é um fator de grande importância nos dias de hoje. Junte-se a isso a consciência de que independente dos conflitos em que estão imersos pesquisador, objeto e conceitos, é preciso depurar uma construção metodológica considerando a proximidade temporal do autor ao evento narrado, a sua competência e, importante, como se relaciona à ideologia predominante no período de sua composição. O que se coloca em jogo nesse momento



histórico de ampla perplexidade em todos os ramos do saber é o papel do historiador. O que é o seu discurso, quem é o historiador, o significado que tem o seu trabalho no mundo de imagens e raras leituras, onde só a mudança permanece e, muito freqüentemente, sem nenhum outro sentido de mudar, mera agitação que encontra em sua dinâmica o próprio sentido e maior movimento. Para quem trabalha o historiador, que moto perpétuo jaz no centro da sua labuta, estas e outras reflexões encontram-se no cerne da escolha dos conceitos, do fazer e/ou escrever uma história.

No processo, acaba-se por deformar o objeto de investigação. Primeiramente, porque é selecionado dentre outros, idealizando-o, muitas vezes; depois, porque é discutido e feito dentro de um prazo, submetido às regras, inclusive gramaticais e, por fim, quase sempre, a pesquisa é uma resposta dada, às exigências de uma época, que influencia nas abordagens. Como a gravidade que ninguém vê ou o oxigênio só percebido quando ausente.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem. O Sistema Tecnológico e a Domesticação da Ação. Da Esperança. São Paulo: Papyrus, 1987.

BURKE, Peter. A escrita da história. São Paulo: Unesp, 1992.

BURKE, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia. Trad. Nilo Odália. São Paulo: UNESP. 1997.

BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. Em que pensam os historiadores? In: Passados Recompuestos. Campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.

CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2007.

FOUCAULT, Michel. A Verdade e as Formas Jurídicas. 3ª ed. 4ª reimpressão. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2008.

GEERTZ, C. Paisagem e acidentes: uma vida de aprendizagem. In: GEERTZ, C. Nova Luz Sobre a Antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.

GINZBURG, Carlo. O fio e os Rastros. Verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUNT, Lynn. A Nova História Cultural. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes. 2001.



MALERBA, Jurandir. (Org.) A Velha História: teoria, método e historiografia. Campinas: Papyrus, 1996.

MORIN, Edgar. Ciência com Consciência. Sintra, Publicações Europa-América, (1982). 1990.

VEYNE, Paul. Como se Escreve a História. Lisboa: Edições 70. 1987.

Recebido em: 29/08/2010

Aprovado pelo Conselho em: 06/09/2010

Publicado em: 31/12/2010